

## Notas de pesquisa

---

### Uma história a procura de seu motivo: ensaio de método (os crimes da Rua do Arvoredo – Porto Alegre, 1863-4)<sup>1</sup>

A history searching for its reason: a method essay  
(the crimes of the Arvoredo Street – Porto Alegre, 1863-4)

Cláudio Pereira Elmir<sup>2</sup>

elmir@unisinos.br

Quem, daqueles que vivem em Porto Alegre hoje, já não ouviu falar dos “crimes da Rua do Arvoredo”? Não é preciso morar na Rua Coronel Fernando Machado para saber que ali, há muitos anos, ocorreu uma série de assassinatos que ficaram famosos na memória difusa da cidade pelo seu componente tétrico. Na imaginação popular (e não apenas nela), os crimes da Rua do Arvoredo ficaram conhecidos como os “crimes da lingüiça”. Pior, lingüiça de carne humana. Se mais alguma coisa se souber acerca dos crimes, talvez seja o fato de que eles foram cometidos por um “açougueiro”, cuja mulher atraía sexualmente as potenciais vítimas para a casa deles, na qual José Ramos ficava à espreita, com o intuito de dar um fim desditoso àqueles que se viam seduzidos pela figura lúbrica de Catarina Palse.

Esquemático roteiro, sem dúvida, que nos faz lembrar as mais “baixas” histórias de Nelson Rodrigues; aquelas d’*A vida como ela é...*: a mulher que se prostituiu com o consentimento do “marido” para que ambos dêem cabo dos ingênuos amantes de ocasião, roubando-lhes as pertencas e transformando-os em alimento; aliás, alimento fálico. Parece não haver nada mais rodrigueano que este argumento.

Se o roteiro é esquemático, se a história é baixa, se o tom é rodrigueano, por que fazer uma tese (e de história) sobre os “crimes da Rua do Arvoredo”? Que razões justificam um empreendimento desta monta? O que se quer descobrir que já não se saiba desta história formidável? A quem ela pode interessar? Estas foram algumas das perguntas implícitas e silenciosas que pressenti, certa feita (e a tese já ia adiantada), no tom de desaprovação mal disfarçado com que uma colega de trabalho recebeu a notícia de que os crimes da Rua do Arvoredo eram meu objeto de estudo. Talvez a ela ocorresse o roteiro esquemático, a história baixa, o tom rodrigueano.

Talvez, de fato, eu estivesse fazendo uma história do “sem-importância”, do “sem-nome” (ou sem-origem), do notável não pela virtude dos melhores feitos, mas sim pelas práticas do pior do humano. Como dar dignidade a uma experiência social mínima, perdida numa pequena cidade do sul do mundo, às vésperas da “Guerra

<sup>1</sup> Este texto foi escrito para ser lido na apresentação e defesa pública da tese de doutorado intitulada *A história devorada. No rastro dos crimes da Rua do Arvoredo*, orientada pela Profa. Dra. Sílvia Regina Ferraz Petersen. A pesquisa para este trabalho foi financiada pela UNISINOS.

<sup>2</sup> Mestre e Doutor em História pela UFRGS. Professor da UNISINOS.

do Paraguai”, experiência esta marcada pela condenação social, por viciosa que era há 140 anos e que ainda o é?

Eu precisava, então, lidar com o paradoxo de abordar práticas sociais condenáveis (crimes de assassinato – três ou mais –, esquartejamento de corpos e, eventualmente, manufatura de lingüiça a partir dos mesmos e, também eventualmente, e por decorrência, práticas de canibalismo, voluntárias ou não) e dar a estas práticas, em contrapartida, dignidade epistemológica. A questão que está na base deste inquérito é a seguinte: a fama de que se revestem os crimes da Rua do Arvoredo *deve* autorizar ou interditar uma abordagem historiográfica, como a que eu pretendia empreender? Vê-se, com isto, que não se tratava apenas de um problema epistemológico, mas também de uma questão ética.

Antes, porém, de dar seguimento, nesta exposição, às escolhas feitas no processo de investigação, cabe dizer algumas palavras sobre o caminho que me levou aos crimes da Rua do Arvoredo.

Ao fazer minha pesquisa para a dissertação de mestrado, que versava sobre o discurso do crime na imprensa, abordei especialmente o jornal *Última Hora*, de Porto Alegre, da primeira metade dos anos 60 do século passado. Pesquisando esse periódico, deparei-me com a publicação de duas histórias em quadrinhos, sob a rubrica de *Crimes que abalaram o Rio Grande*, série na qual foram recriados ficcionalmente os crimes de José Ramos (*O açougue macabro da Rua do Arvoredo*) e aquele que resultou na morte de Maria da Conceição por um brigadiano algumas décadas depois (*Maria da Conceição – A santa degolada*). Naquela circunstância (em 1996), essas histórias não foram analisadas por mim, embora ajudassem a corroborar a hipótese de que havia uma lógica ficcional a reger o fazer jornalístico do *Última Hora* (v. Elmir, 2002).

Em breve nota de rodapé, eu apenas dizia:

*Os processos criminais de ambos os crimes, ocorridos no século passado, foram recentemente transcritos pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (“Os crimes da rua do Arvoredo”, 1993) e pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (“Maria Degolada. Mito ou Realidade?”, 1994) e publicados pelas Edições EST. O cotejamento entre os processos criminais, as notícias de jornal da época e a transformação desses episódios, cerca de 100 anos depois, em histórias em quadrinhos pela UH seria um interessante trabalho a ser feito, no intuito de revelar o grau de ficcionalidade existente nestas últimas. (Elmir, 1996, p. 210).*

Logo após a defesa da dissertação (início de outubro de 1996), era publicado pela Editora Sulina, com grande repercussão na Feira do Livro daquele mesmo ano, um

livro de Décio Freitas intitulado *O maior crime da terra: o açougue humano da Rua do Arvoredo: Porto Alegre 1863–1864*. Era a leitura despreziosa e amena de que eu precisava para relaxar depois de um longo e extenuante período de trabalho na dissertação. Leitura que, dois anos depois, traiu meu ingênuo propósito desinteressado, quando os crimes da Rua do Arvoredo se transformaram no assunto de minha investigação para o doutorado. O objeto mais estrito a ser abordado (as relações entre o histórico e o ficcional) já havia sido pautado naquela pequena nota da dissertação. Com isso, ao sugerir um trabalho sobre os crimes, eu caía na arapuca por mim mesmo armada, cujo destinatário ideal naquele momento, definitivamente, não era eu.

Feita esta explicação em torno das circunstâncias de meu interesse pessoal pelo tema dos crimes da Rua do Arvoredo, resta expor o encaminhamento que foi dado ao trabalho, as escolhas de rumos que foram feitas, os resultados que as mesmas geraram no avanço do conhecimento sobre os acontecimentos a eles referidos e, também, as insuficiências que a tese apresenta, num exercício de autocrítica que é indispensável empreender, a fim de revelar os limites que não pudemos ou que não quisemos transpor.

Embora não esteja informada teoricamente pelas teorias da recepção, esta tese dá conta precisamente das formas pelas quais houve, ao longo de quase um século e meio, a apropriação dos crimes da Rua do Arvoredo pelos mais diferentes suportes textuais. O nosso trabalho consistiu no levantamento de todo o material produzido sobre os crimes – e ao qual pudemos ter acesso –, na verificação das circunstâncias de sua produção, na descrição e na análise das histórias de que esse material é portador. Em alguns casos específicos, houve uma contraposição mais direta das versões realizadas, tendo em vista a identificação de relações de intertextualidade nestas narrativas selecionadas, verificando, desta forma, alguns importantes indícios do processo de ficcionalização das histórias dos crimes que os enredos construídos permitem entrever. Nesse caso, os “cruzamentos de empréstimos mútuos” (cf. Schneider, 1990, p. 130) revelaram-se o melhor caminho para o desfazimento de dúvidas acerca da origem de muitas das situações relacionadas aos crimes.

Os materiais que foram objeto de nossa análise são de natureza diversa quanto ao “gênero textual” ao qual pertencem, indo desde as crônicas, o folhetim e a história em quadrinhos publicados em diferentes jornais e em momentos distintos até o texto de uma peça de teatro (uma comédia), um filme de curta-metragem (de 15 minutos), cujo roteiro, diferentemente da peça, não tínhamos (havendo, assim, a necessidade de resumir o conteúdo das cenas apenas pela sua assistência), um romance e um ensaio histórico; es-

tes últimos, respectivamente, de Luiz Antonio de Assis Brasil (*Cães da Província*) e de Décio Freitas, já mencionado aqui. Foi fundamental, ainda, para o esclarecimento de inúmeras controvérsias relacionadas a diferentes versões estabelecidas sobre os crimes da Rua do Arvoredo, o processo criminal de que foram réus José Ramos e Carlos Rathmann pela morte de Carlos Claussner; este, sim, o açougueiro.

A diversidade do lugar de origem das diferentes narrativas produzidas certamente se constituiu num obstáculo à melhor consecução da análise das mesmas, tendo em vista as diversificadas e múltiplas teorias que dão conta de explicar a lógica de seu funcionamento interno e que não havia como incorporar na nossa análise, a não ser de maneira periférica.

Assim, lidamos com textos pertencentes ao campo jornalístico (as crônicas, o folhetim, a história em quadrinhos, além de outras matérias de jornal), ao campo das artes (o drama e o filme), ao campo literário (o romance), ao campo historiográfico (o ensaio histórico) e ao campo jurídico (o processo criminal). Até mesmo esta classificação deve ser vista com cautela, pois, na verdade, não há como realizar uma separação estrita destes textos, especialmente segundo o critério da maior ou da menor ficcionalidade que posamos identificar neles. Por outro lado, a rigor, abordá-los, de maneira geral, como “narrativas” não supõe desfazer a enorme distância que pode separar, por exemplo, uma crônica jornalística de um romance, em sua estrutura e capacidade de interpelar os acontecimentos em causa.

Ao mesmo tempo, há que se reconhecer aqui que o processo criminal, embora tenha sido de fundamental importância na localização da origem de muitas das referências feitas – especialmente nos textos de Décio Freitas (o folhetim e o ensaio) –, não foi abordado essencialmente como uma narrativa (ainda que se lhe reconheça este caráter). Nesse caso, optou-se, deliberadamente, por usar o processo e os discursos nele reproduzidos (quer fossem dos peritos, das testemunhas ou dos acusados) como um meio pelo qual se pudesse realizar o contraste de sentido com os conteúdos sobre os crimes presentes nas outras narrativas.

Desta forma, o processo foi menos objeto intelectual da pesquisa do que parâmetro de comparação para a análise das outras narrativas. Em outras palavras, se no caso das crônicas, da história em quadrinhos, do filme, da peça, do romance e do ensaio houve uma maior preocupação com o enquadramento do conteúdo da história, ou seja, com os elementos extradiscursivos que ajudassem a compreender a história que estava sendo contada, no caso do processo, ao contrário, a escolha recaiu sobre a capacidade que o mesmo demonstrava – nas falas que dele podiam ser extraídas (por indiretas que fossem) – de mensurar os deslocamentos ficcionais do argumento dos crimes produzidos por todas estas narrativas. Evidentemente, tomou-se o cui-

dado necessário para não cobrar literalidade daqueles discursos cujo caráter fosse intrinsecamente ficcional, ao mesmo passo em que não se assumiu, em contrapartida, a postura ingênua de identificar na peça jurídica a realização de uma verdade substancial; afinal de contas, todos sabemos que o raciocínio jurídico não está isento de algum nível de ficcionalidade (cf. Nerhot, 1998, p. 100).

Na verdade, um dos princípios metodológicos que conduziu nossa análise foi o de exigir dos textos apenas aquilo que eles podiam oferecer. Para tanto, levamos em conta, de modo combinado, o estatuto da narrativa em questão, o tipo de texto do qual ela fazia parte, a intenção do autor na sua realização (isto quando ela era expressa de forma explícita; o que constituiu uma exceção) e, principalmente, aquilo que o conteúdo da narrativa oferecia em termos de designação de sentido à história dos crimes, conteúdo para o qual a nossa leitura também atribuía um significado, fosse pela análise interna do texto, fosse pelo estabelecimento de pontos de contato intersubjetivos entre as narrativas que nós éramos capazes de realizar.

Esse foi o critério que permitiu, por exemplo, consumir uma crítica historiográfica radical ao ensaio de Décio Freitas, a qual, no meu entendimento, é um dos pontos altos do trabalho. Temos, neste caso, um autor que reivindica para si o estatuto de historiador, que é reconhecido socialmente enquanto tal (consagrado pelo campo jornalístico), que produz a narrativa mais importante sobre os crimes da Rua do Arvoredo e nela anuncia o propósito explícito de “separar a história e a lenda nos crimes de José Ramos”. Fizemos uma minuciosa análise desta narrativa, pela qual fica evidente que o texto subverte esta intenção, ficcionaliza os acontecimentos e, no limite, opera a falsificação deliberada da história.

Se os crimes da Rua do Arvoredo são relativamente conhecidos até os dias de hoje, embora os acontecimentos a eles referidos tenham se dado há 140 anos, é porque houve, no decorrer deste longo tempo, um processo de reapropriações sucessivas daqueles acontecimentos, não obstante de forma descontínua e difusa.

Postos ao lado dos “fatos históricos consagrados” da história do Rio Grande do Sul para o século XIX, os crimes da Rua do Arvoredo parecem se imiscuir neste conjunto de forma extemporânea. Nele poderíamos incluir o início do processo de colonização alemã na província (1824), a “Revolução Farrroupilha” (1835-1845), as guerras com o Prata e, especialmente, a “Guerra do Paraguai” (1864-70), a “Revolta dos Mucker” (a partir de 1868) e, já no período republicano, a “Revolução Federalista” (1893-1895).

Retomando uma pergunta que fazíamos no início desta exposição, o que existe, então, de significativo nos crimes capaz de mover o labor historiográfico? Por que os crimes da Rua do Arvoredo podem ser considerados um

fato histórico e um objeto historiográfico? Mais do que a justificativa intelectual para meu projeto de pesquisa, estas perguntas transformaram-se no próprio objeto do inquérito a ser realizado.

Ao mesmo tempo em que tínhamos, como matéria, um “acontecimento” posto à sombra da história acadêmica, esse mesmo “acontecimento”, no meu modo de ver, exigia o discurso historiográfico erigido desde um lugar central de nossa disciplina, pois que nos oferecia, através de inúmeras evidências textuais, a perspectiva de abordagem de uma “situação-limite” (v. Vainfas, 2002, p. 136); esta, recorrentemente, trazida à tona nos relatos que se fizeram sobre os crimes da Rua do Arvoredo. Esta “situação-limite” era exatamente a agregação de componentes perversos às práticas criminosas de José Ramos, sintetizados sob a dupla fórmula “fabrico de lingüiça de carne humana / canibalismo”.

Para tanto, seria preciso operar com uma noção de “fato histórico” que estivesse aquém ou além daquilo que se impõe pela “evidência” ou pela “obviedade”, como são, neste caso, os “eventos” da história gaúcha que arrolamos anteriormente. Os crimes da Rua do Arvoredo não são um fato histórico evidente, para utilizar uma expressão cara a uma perspectiva empírica de abordar os fenômenos históricos. Mas, sem dúvida alguma, a eles foi designado este caráter fora do âmbito historiográfico, ao se constituírem num fenômeno de opinião.

Todos os indícios me levavam a crer – e penso que a tese conseguiu demonstrar a pertinência deste argumento – que os crimes da Rua do Arvoredo transformaram-se em fato histórico e objeto historiográfico através do processo de ficcionalização por que passaram em suas inúmeras reconfigurações pelos discursos que deles trataram num período de quase 140 anos. Se existe um preceito clássico, na história, segundo o qual um dos requisitos para a ereção de determinado acontecimento em fato histórico é justamente a notabilidade lograda pelo feito, os crimes da Rua do Arvoredo alcançam tal categorização não exatamente pela grandeza do ato nefasto praticado, mas, bem mais, pelas representações que se operam a partir do mesmo, caracterizadas, na estilização de que são portadoras, por um perigoso afastamento do “acontecido” que está na origem desses discursos.

Novamente, é preciso fazer diferenciações, nesta perspectiva, entre as narrativas analisadas, se quisermos discutir a maior ou menor legitimidade na instauração das diferentes versões para as histórias dos crimes. Se, por um lado, é aceitável que nas crônicas, na peça de teatro, no filme, no romance ou no folhetim ocorram inversões relativamente ao argumento da história (e o processo criminal, neste caso, é a melhor referência textual para a verificação destes deslocamentos), por outro lado, o uso desmedido da imaginação no trabalho historiográfico não parece ser um

procedimento adequado.

Dizendo ainda de outra forma, se as narrativas que emergem do campo literário ou artístico podem, em seus exercícios ficcionais, fundar uma “nova origem” em seu processo de criação (até o limite do absurdo ou do “sem sentido”, se assim for desejável) (cf. Schneider, 1990, p. 138), ao discurso historiográfico se recomenda uma adesão mais estrita a um sentido de fidelidade e de fidedignidade ao acontecido, e, por isto, entre outras coisas, ele deve explicitar o uso feito das fontes, que o seu texto deve expressar na incorporação de materiais alheios. Mais do que isto, ao historiador não é lícito anunciar, através de um discurso autoritário e, também por isto, insondável, aquilo que não pode ser dado à verificação comprobatória de seus pares.

A seguir, irei apresentar brevemente a estrutura da tese, que ficou dividida em dois capítulos. Através deles, tentei dar conta da problemática envolvida no debate anteriormente anunciado.

O primeiro capítulo foi intitulado “Os crimes da Rua do Arvoredo: as múltiplas narrativas”, e está dividido em duas partes. Na primeira parte, realizamos uma alentada discussão teórica acerca do estatuto da “narrativa” no conhecimento histórico, as controvérsias que têm orientado o debate intelectual, pelo menos nos últimos 25 anos, envolvendo este conceito e os termos a ele correlatos. Neste sentido, compareceram as discussões sobre a “crise dos paradigmas”, o “pós-modernismo” e o “giro lingüístico”. Seja posicionando-se a favor destas tendências ou contra as perspectivas historiográficas que as mesmas revelam, seja situando-se numa delicada posição equidistante com o difícil propósito de desapaixionar o debate, é no quadro destas circunstâncias intelectuais que se opera a controvérsia sobre a “narrativa” protagonizada por alguns dos mais conceituados historiadores, especialmente a partir do final da década de 1970. Foi a recuperação deste debate que realizamos neste texto, e que se constituiu num exercício extremamente importante e difícil, mas ao mesmo tempo imprescindível de ser feito a fim de melhor estabelecer as bases da inserção da “narrativa” como um problema também do âmbito do historiador.

Creio que a lição maior que se pode tirar desse debate, pelo menos para os propósitos de nossa investigação, é de que persistir nas antinomias narrativa/explicação e descrição/análise somente pode contribuir para o seu desentendimento. Se a narrativa é capaz de explicar e se a descrição é um procedimento possível de ser associado à análise, também é certo dizer que, em história, há explicações que são melhores e outras que são piores, cabendo ao historiador identificá-las e operar a sua separação no trabalho com os documentos, agora lidos como textos.

Já a segunda parte do primeiro capítulo foi intitulada “Os diferentes lugares de enunciação” e consiste na descri-

ção e análise das matérias de jornal, das crônicas, da história em quadrinhos, do filme e da peça de teatro produzidos a partir do argumento dos crimes da Rua do Arvoredo. Através do exame dessas narrativas, foi possível identificar as variadas formas pelas quais a história dos crimes foi reconstituída. Paralelamente, procurou-se sinalizar o lugar de origem desses discursos, o que, de algum modo, indicia um certo horizonte de expectativa de que eles são portadores. O critério escolhido de sua disposição no texto foi o cronológico, iniciando por aqueles mais próximos do tempo dos acontecimentos.

O segundo capítulo da tese foi intitulado “*O maior crime da terra e Cães da Província*: as narrativas historiográfica e literária”. Nele, são analisadas as duas narrativas mais longas que dão conta dos crimes da Rua do Arvoredo. São elas o ensaio de Décio Freitas, publicado em 1996, e o romance (e, ao mesmo tempo, tese de doutorado) de Assis Brasil, publicado em 1987. Se, no capítulo anterior, lidávamos com narrativas mais curtas e fragmentadas, agora temos dois textos mais longos, que exigem um tratamento também mais detido.

O capítulo foi dividido em três partes. Na primeira delas, intitulada “O enredo como categoria e como método de análise”, realiza-se novamente uma discussão teórica, que pode ser compreendida como um desdobramento daquela outra feita no primeiro capítulo sobre a “narrativa”. Agora, trata-se de apontar as potencialidades que a análise de enredo é capaz de oferecer ao inquérito de narrativas, quer sejam literárias ou não. Os aspectos da escritura ou, mais propriamente, das formas de dispor a matéria da investigação podem ser melhor identificados pelo enredo estabelecido pelo autor. Por meio dele, somos capazes de perceber com maior nitidez as escolhas, seleções, inclusões, exclusões e hierarquizações promovidas pelo enunciador do texto ao qual dirigimos nossas questões. Estar atento a estes aspectos é extremamente importante, especialmente quando se trabalha com textos mais extensos como são o ensaio de Décio Freitas e, especialmente, o romance de Assis Brasil.

Assim, as outras duas partes do capítulo foram reservadas ao exame dos textos destes dois autores, tendo em vista protocolos de leitura que não são exatamente idênticos, embora levando-se em conta, para ambos, o enredo construído em suas narrativas. É preciso considerar que, num caso, temos um ensaio que reivindica estatuto de conhecimento histórico, e, noutro, um romance que talvez pudéssemos classificar como realista, sustentado num argumento histórico.

No caso do ensaio de Décio Freitas, o acento de nossa análise incidiu em duas ênfases. A primeira delas diz respeito à explicitação da própria estrutura da narrativa do autor, que permite detectar, na sua desmontagem, as esco-

lhas explicativas realizadas. A segunda ênfase de nossa abordagem residiu num extenuante trabalho de verificação das afirmações feitas sobre os crimes e as circunstâncias históricas diretamente relacionadas a eles ou a seus personagens. Neste caso, para além da análise de enredo, houve a intenção explícita de sair de dentro do texto de Freitas, em busca dos referentes que permitiam a ele estabelecer a versão que foi consumada na narrativa.

Em grande parte das situações, percebeu-se que, na medida em que se densificava a trama urdida pela incorporação de detalhes à história dos crimes – especialmente em algumas descrições e juízos feitos ao longo do texto –, mais o ensaio parecia se apartar do compromisso com a verdade, em benefício de uma razão ficcional disfarçada. Se a evidência do texto é ainda o texto – embora outro –, ao não oferecer a possibilidade de realizar a autópsia de sua narrativa, Décio Freitas permite que se lance legítima suspeição sobre a confiabilidade de suas razões, abrindo espaço, desta forma, para uma severa crítica ética, que as inúmeras “evidências periféricas” (v. Vainfas, 2002, p. 109) por nós levantadas só faziam consolidar.

Esse capítulo se encerra com a análise do romance de Assis Brasil. Texto defendido como tese de doutorado pelo autor, em 1987, beneficiou-se largamente do folhetim publicado por Décio Freitas no jornal *Diário de Notícias* em 1948, o qual também serviu de base para a construção do ensaio deste autor quase meio século depois. *Cães da Província* pode ser considerado um romance realista exemplar. Foram quatro as ênfases de nossa abordagem do romance: (1) as diferentes partes que compõem a narrativa e seu papel relativo na conformação do enredo; (2) a forma particular pela qual a dimensão temporal é tratada no texto; (3) a identificação de princípios de método, sugeridos quer pelo narrador, quer pelas personagens e, por fim, (4) a abordagem específica que os crimes da Rua do Arvoredo merecem e o lugar incomum que os mesmos ocupam ao longo da narrativa.

Neste último ponto, foi possível perceber as relações de intertextualidade estabelecidas entre o romance de Assis Brasil e o folhetim escrito por Décio Freitas, materializadas estas relações tanto na paródia quanto na paráfrase. Mas, ao mesmo tempo, identificamos surpreendentes relações de intertextualidade entre o romance e o ensaio de Décio Freitas, cuja publicação dista nove anos do texto de Assis Brasil. Assim, se a ficção (o folhetim) alimentou a ficção (o romance) legitimamente, este último alimentou a construção de um argumento ficcional, através de um processo intertextual eticamente duvidoso, sob as vestes de conhecimento histórico.

Por fim, resta o texto da Conclusão, intitulado “A trajetória impossível: das narrativas aos acontecimentos. A referência perdida”. Ela foi dividida em duas partes. A pri-

meira delas traz a análise do processo criminal, com o intuito de elucidar vários pontos que haviam ficado obscuros ou não completamente esclarecidos no exame das outras narrativas. Entre os textos mais longos, é aquele que se situa mais próximo do tempo dos acontecimentos. Lemos o processo conscientes de que não temos mais a vivência dos crimes e da Porto Alegre dos oitocentos. O sentido originário ou primordial, aquele que garante a “autenticidade da experiência”, se perdeu no tempo de sua realização. Contudo, ainda que só haja o texto, ele também é capaz de nos oferecer a evidência. Metodologicamente, o processo foi o veículo privilegiado de realização da síntese do trabalho.

Na segunda parte da Conclusão, trouxemos alguns indícios importantes sobre a constituição de uma “opinião” sobre os crimes no momento mesmo dos acontecimentos. A rigor, talvez não se possa fazer hoje uma etnografia dos crimes e da cidade de Porto Alegre da década dos 1860, como impossível é estabelecer as crenças sociais contemporâneas aos acontecimentos. De qualquer forma, através do exame de alguns relatórios e falas de presidentes da Província, de matérias de jornal da época e também do processo, foi possível detectar pistas não negligenciáveis de uma percepção quase imediata ao tempo dos fatos, e que ajudaram a compor as versões que, ao longo do tempo, foram urdidas em enredos os mais diversos.

Certamente, este é um trabalho inacabado. Naquilo que estava ao meu alcance realizar, levei às últimas conseqüências o inquérito das fontes, o cotejamento entre elas e a articulação que as mesmas permitiam realizar com o debate teórico pertinente. Debate, aliás, dos mais difíceis: quer pela complexidade constitutiva do tema, quer pela enorme produção que ele tem suscitado, principalmente em revistas especializadas internacionais, que não são de fácil acesso - especialmente se considerarmos que a questão de fundo desta tese diz respeito ao próprio es-

tatuto do conhecimento histórico na atualidade, quando as fronteiras entre os saberes, numa visada mais rápida, parecem ter implodido. Se as relações entre a história, a literatura e a ficção estão na ordem do dia pelo menos há vinte anos em nossa disciplina, o meu esforço foi de qualificar estas relações, num recorte minúsculo que fosse, através de um exame minucioso de sua configuração num caso específico; ou seja, nas narrativas sobre os crimes da Rua do Arvoredo.

## Referências

- ASSIS BRASIL, L.A. de. [1987] 1997. *Cães da Província*. 7ª ed., Porto Alegre, Mercado Aberto, 262 p.
- ELMIR, C.P. 1996. *O crime da Última Hora: Porto Alegre na passagem dos anos 50*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 247 p.
- ELMIR, C.P. 2003. *A história devorada: no rastro dos crimes da Rua do Arvoredo*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 289 p.
- ELMIR, C.P. 2004. *A história devorada: no rastro dos crimes da Rua do Arvoredo*. Porto Alegre, Escritos, 321 p.
- ELMIR, C.P. e ROLDÃO, R.C.S. 2002. O discurso do “Última Hora” de Porto Alegre: oralidade, sensacionalismo e populismo na imprensa gaúcha (1960-1964) (Notas de Pesquisa). *História Unisinos*, 6(5):261-273.
- FREITAS, D. [1996]2002. *O maior crime da terra: o açougue humano da Rua do Arvoredo: Porto Alegre (1863-1864)*. 4ª ed., Porto Alegre, Sulina, 133 p.
- NERHOT, P. 1998. No princípio era o Direito... In: J. BOUTIER e D. JULIA, *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, p. 91-103.
- SCHNEIDER, M. 1990. *Ladrões de palavras: ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento*. Campinas, Editora da UNICAMP, 503 p.
- VAINFAS, R. 2002. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro, Campus, 163 p.